

Com quem casar, a quem apadrinhar: notas de pesquisa sobre matrimônio e relações de compadrio na comunidade mercantil de Porto Alegre (primeira metade do século XIX)

GABRIEL SANTOS BERUTE*

Nesta comunicação apresento uma proposta de diálogo com a demográfica histórica, buscando chamar a atenção para a potencialidade de seus aportes teóricos e metodológicos no tratamento de fontes eclesiásticas para os estudos de grupos sociais no âmbito da história econômica e social¹. Em um trabalho anterior (BERUTE, 2011)², analisei os aspectos mais diretamente ligados ao funcionamento do comércio rio-grandense nas praças de Porto Alegre e Rio Grande: mercadorias comercializadas, concentração dos negócios, rotas utilizadas e a caracterização dos agentes mercantis envolvidos. Tendo em vista as características da documentação consultada naquela ocasião, questões como as estratégias matrimoniais e de ascensão social por meio das relações de compadrio dos agentes sociais envolvidos, não puderam ser investigados de modo aprofundado.

Assim sendo, o *objetivo* desta comunicação é demonstrar como o cruzamento onomástico com os registros de batismo, casamento e óbito, permite conhecer informações ausentes em outros tipos de fontes e que podem contribuir para investigar a atuação de um determinado grupo social. Para tanto, tomo como objeto de análise as relações estabelecidas entre os comerciantes que atuavam a partir de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX, através dos seus negócios e dos vínculos por eles estabelecidos por meio do casamento e do compadrio.

* Bolsista de pós-doutorado do PPG-História/UNISINOS. Doutor em História pelo PPG-História/UFRGS. Financiamento: PDJ-CNPq. Contato: gabrielberute@gmail.com.

Esta pesquisa faz parte das minhas tarefas no projeto “*Gentes das Ilhas: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro, entre as décadas de 1740 a 1790*”, supervisionado pela Prof^a Dr^a Ana Silvia Volpi Scott (PPG-História/UNISINOS).

¹ Para uma síntese a respeito do diálogo entre história e demografia e uma análise sobre as perspectivas atuais da história econômica, ver respectivamente NADALIN, Sérgio O. *História e demografia: elementos para um diálogo*. 2ª Edição. Campinas: ABEP, 2004; FRAGOSO, João. Para que serve história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Estudos Históricos* (CPDOC/FGV). Rio de Janeiro: n. 29, p. 3-28, 2002.

² Trata-se da minha tese de doutoramento, defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Parte da análise aqui apresentada retoma os seus resultados. Ver BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. 2011. 309p. Tese (Doutorado em História). PPG-História/UFRGS, Porto Alegre.

É importante sublinhar que trata-se de uma investigação que se encontra em sua fase inicial, portanto, os resultados aqui apresentados são provisórios e estão sujeitos à alteração, conforme se avance na análise proposta. No que diz respeito às *fontes*, a documentação consultada sobre o comércio foi a mesma coletada e utilizada na minha tese de doutoramento (em destaque, listagens de comerciantes e escrituras públicas), enquanto os assentos eclesiásticos foram consultados a partir do banco de dados (NACAOB) que está sendo abastecido pela professora Ana Silvia Volpi Scott e a equipe por ela coordenada³.

A partir da década de 1790, o Rio Grande de São Pedro foi incorporado definitivamente aos circuitos mercantis da América portuguesa por meio da produção e comercialização principalmente de trigo, charque e couros, além do fornecimento de animais para transporte (gado *muar*) e outros derivados do gado *vacum* (PRADO JÚNIOR: 181-207; SANTOS: 85-87; 105-106; OSÓRIO: 183-191.). O complexo portuário da vila de Rio Grande era o único acesso marítimo da capitania rio-grandense, por onde entravam e saíam as embarcações carregadas de mercadorias e se escoava a produção da região. Nas primeiras décadas do século XIX, junto com os portos de Rio de Janeiro e Salvador, compunha a principal rota do comércio de cabotagem, com intenso fluxo mercantil que interligava as regiões litorâneas e o interior. Rio Grande exercia ainda um importante papel no comércio com os vizinhos do Rio da Prata (PRADO; LUIZETTO, 1980/1981: 158-196).

Se o porto de Rio Grande era imprescindível para o acesso ao oceano e para o escoamento da produção do charque e dos couros, *Porto Alegre* fazia a conexão do centro com o norte do Rio Grande de São Pedro. Santo Antônio da Patrulha, Aldeia dos Anjos e Viamão despachavam seus produtos até a cidade e retornavam com mercadorias disponíveis na capital. Pelas vias fluviais e lacustres chegava-se até Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo e Taquari. Por via terrestre, a partir de Rio Pardo (outro importante centro comercial), eram abastecidas as localidades de Cachoeira, Santa Maria, a fronteira oeste e Missões. Em meados do século XIX, a estruturação de uma ampla área produtora de gêneros agrícolas em torno de Porto Alegre (com destaque para a expansão da produção nas colônias alemãs do vale do Rio dos Sinos), ampliou o movimento de seu porto e consolidou a capital como um centro

³ Sobre o NACAOB e suas potencialidades, ver SCOTT; SCOTT, 2012.

comercial de fundamental importância como intermediária no escoamento da produção rio-grandense (FRANCO, 1983: 9-37)⁴.

Quando Porto Alegre se tornou a sede do governo e da Câmara, em 1773⁵, uma série de medidas foram tomadas para deixá-la em condições de abrigar a administração da então capitania do Rio Grande de São Pedro. De acordo com Riopardense de Macedo (1968: 59-73), foram realizadas modificações nos traçados das ruas e novas vias foram abertas, fontes públicas foram construídas para garantir o suprimento de água da capital e iniciou-se a edificação dos prédios necessários para a administração recém-instalada. As ruas mais importantes localizavam-se na frente da Rua da Praia (atual Rua dos Andradas), onde estavam concentradas as atividades comerciais ligadas à navegação fluvial⁶. Apesar de restrita, a área urbana crescia e se adensava⁷. Fora de seus muros, terras ocupadas por numerosas chácaras eram dedicadas às atividades agrícolas, com destaque para o cultivo do trigo e a produção da farinha. Como foi afirmado no início do texto, o escoamento da produção agrícola e o contato comercial com as povoações de seu entorno e do interior garantiam a posição de destaque de Porto Alegre para a economia rio-grandense.

Com a transferência da capital e a intensificação da atividade comercial, Porto Alegre passou a concentrar parte dos mais importantes homens de negócio da capitania. Devido às características das transações comerciais realizadas no seu porto, o seu grupo mercantil distinguia-se daquele estabelecido na vila do Rio Grande. Comparando os investimentos

⁴ Os dois portos não concorriam entre si, pois os negócios executados por meio deles eram complementares, ainda que não se excluísse a existência de uma hierarquia entre eles devido à vinculação de Rio Grande com o comércio marítimo. A relação entre os portos de Lisboa, Porto e Viana foi caracterizada nestes termos por Leonor Freire Costa (2002: 81-111) em sua investigação a respeito do comércio entre Portugal e Brasil nos séculos XVI e XVII. Segundo a autora, neste período, o porto de Lisboa exercia uma função de centro em relação aos demais, não de monopólio sobre o comércio. O comércio entre os portos de Buenos Aires, Montevidéu e da Colônia do Sacramento no século XVIII foi caracterizada em termos semelhantes por Fabrício Prado (2002: 131-185).

⁵ Com a ocupação espanhola da vila de Rio Grande (1763-1776), as sedes do governo sul-rio-grandense e da Câmara foram transferidas para os Campos de Viamão em 1763, onde permaneceram até 1773, quando foram transferidas para Porto Alegre por ordem do Governador José Marcelino de Figueiredo. (CESAR, 1970: 168-185; QUEIROZ, 1987: 107-145).

⁶ Aspecto este salientado nas anotações do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (2000: 67-68), por ocasião de sua passagem pela cidade em meados de 1820. Sobre a alfândega de Porto Alegre, ver EZEQUIEL, 2007.

⁷ Durante a Guerra dos Farrapos (1835-45), a capital foi sitiada pelas forças farroupilhas durante três períodos nos primeiros anos do conflito (entre junho de 1836 e dezembro de 1840). Os cercos prejudicaram as atividades econômicas da capital (interrupção do transporte e das comunicações entre Porto Alegre e Rio Grande, redução do numerário em circulação e a presença de grande volume de moedas falsas) e limitaram a expansão urbana da capital (FRANCO, 1983: 29-31; FRANCO, 1998).

econômicos e a atuação dos respectivos grupos mercantis, percebe-se que uma pequena parte deles atuava concomitantemente nas duas localidades. Os comerciantes de Porto Alegre, mesmo os mais destacados, tinham pouca inserção nos espaços de representação do corpo mercantil de Rio Grande: Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense e Associação Comercial de Rio Grande⁸, o que corrobora com os indícios de que os comerciantes da capital estavam voltados para o comércio com o seu entorno e com o interior da província por meio do Rio Jacuí. Os *negociantes de grosso trato* da capital, por sua vez, distinguiram-se dentro do grupo dos agentes mercantis. Embora menos representativos em relação aos seus pares presentes nas escrituras de Rio Grande, os de Porto Alegre também concentraram parcelas significativas do valor investido, com destaque para as transações envolvendo embarcações e o fornecimento de crédito⁹.

Uma vez apresentado um panorama sobre Porto Alegre na primeira metade do século XIX, passo a tratar do cruzamento onomástico com as fontes eclesiásticas. O primeiro passo foi selecionar os agentes mercantis presentes nas escrituras públicas de compra e de crédito, registradas em Porto Alegre entre os anos de 1808 e 1850 (APERS. 1º TN Porto Alegre, Livro 32-60, 1808-1850) e que foram identificados entre os “Negociantes de grosso trato” matriculados na Junta do Comércio do Rio de Janeiro¹⁰, ou que estavam entre os comerciantes de Porto Alegre relacionados por Manuel Antônio de Magalhães no Almanaque da Vila de Porto Alegre, em 1808¹¹. Por meio deste procedimento, foi definido um grupo inicial de

⁸ A este respeito de ambas as instituições, ver respectivamente KLAFFKE, 2006 e MUNHOZ, 2003.

⁹ Uma análise detalhada destes aspectos encontra-se no terceiro capítulo da minha tese (BERUTE, 2001: 165-214).

¹⁰ A matrícula foi instituída a partir da transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808 e a criação da Junta do Comércio no Rio de Janeiro e representava uma diferenciação entre os grandes negociantes e os demais agentes atuantes na América portuguesa. Constam na lista um total de 1.320 matrículas de negociantes de grosso trato. Os estabelecidos na província sul-rio-grandense somavam 137 matriculados e estavam estabelecidos nas seguintes praças mercantis: Cachoeira (2); Canguçu (1); Pelotas (6); Porto Alegre (52); Rio Grande (62); Rio Pardo (4); São José do Norte (5) e Rio Grande do Sul (5) (ANRJ. Códice 170, Volume 1-3, 1809-1850). Pontualmente consultei ainda o “Livro das justificações de matrículas” (ANRJ. Códice 171, Volume 1, 1809-181). Em termos gerais, este livro repete as matrículas presentes no Códice 170. Sobre a matrícula e Junta do Comércio metropolitana e sua congênere na colônia, ver entre outros (PEDREIRA, 1995: 70-74; GUIMARÃES, 2008: 288-290; GORENSTEIN, 1993: 143; LOPES, 2009).

¹¹ Magalhães afirma ter relacionado todos os comerciantes atuantes no Rio Grande de São Pedro em 1808. Além dos residentes em Porto Alegre (57), foram listados comerciantes residentes em Rio Grande (43); Rio Pardo (36); Ilha de Santa Catarina (14) e Laguna (6), totalizando 156 agentes mercantis. Utilizei a transcrição mais recente do chamado “Almanack de 1808”, elaborada pelo professor Fábio Kühn (UFRGS) (MAGALHÃES, 2008: 131-133), que acompanha um estudo analítico do documento (KÜHN, 2008: 105-117).

sessenta e quatro pessoas; oito deles foram descartados por não estarem presentes em nenhum dos registros eclesiásticos de Porto Alegre cadastrados no NACAOB e um outro por aparecer apenas em um registro de óbito. Outros seis comerciantes foram excluídos por haver homônimos e não ter sido possível determinar qual deles era o agente mercantil das escrituras. Portanto, o grupo ficou delimitado aos *quarenta e nove* agentes mercantis apresentados no Anexo 1.

Nos livros de *casamento* de Porto Alegre foram registrados um total de 2928 assentos de matrimônio de pessoas livres, entre os anos de 1772 e 1825. Ao confrontá-los com a relação dos negociantes selecionados, observa-se que quinze deles casaram-se na capital: *Antonio Fernandes Teixeira*, com Inácia Rodrigues Vale (1821), viúva de Francisco José Afonso Alves; *Antonio José Teixeira de Macedo*, com Francisca Antonia Viana (1812), viúva de Francisco José Araújo; o tenente *Antonio Monteiro de Barros*, com Ana Maurícia da Silva (1787); *Antonio Peixoto do Prado*, com Eufrásia Antonia Oliveira Rego (1803); *Bernardino José de Sena*, com Antonia Leonor de Jesus (ou Lima) (1808), viúva de Manuel Silva Gradil; *Custódio de Almeida e Castro*, com Leocádia Úrsula Nascimento (1817), viúva de Severino José Santos; *Custódio Gonçalves Lopes*, com Maria Francisca Viana (1803) e em segundas núpcias com Maria Gonçalves Santos (1833); *Domingos de Almeida Lemos Peixoto*, com Luísa Joaquina Silveira (1790); *Domingos José Afonso Alves*, com Inácia Rodrigues Vale (1813); *Domingos José Araújo Bastos*, em segundas núpcias com Joaquina Pereira Azevedo Souza (1822); *Domingos Martins Barboza*, com Ana Joaquina Justiniana de Freitas (1825); *João Afonso Vieira de Amorim*, com Joaquina Justiniana Freitas (1825); *João Coelho Neves*, com Engrácia Raquel Pereira Pinto (1806); *Leonel Coelho da Silva*, com Ninfa Joaquina Araújo (1831); *Manuel José Vieira de Lima*, em segundas núpcias com Balbina Antonia de Miranda (1826)¹².

¹² Destaca-se nestas uniões matrimoniais a significativa ocorrência de recasamentos. Três dos comerciantes eram viúvos e se casaram novamente, enquanto três noivas eram viúvas. Faltam informações mais detalhadas e não se sabe qual era a ocupação os falecidos maridos destas nubentes, mas é reconhecido que uma trajetória comum entre os agentes mercantis era iniciar a carreira mercantil como caixeiro em uma casa mercantil de um tio ou de outros negociantes. Muitas vezes, após o falecimento destes, o caixeiro acabava por assumir os negócios e se casavam com a viúva do seu patrão. Sobre os caixeiros, ver (SILVA, 1975: 93-105; MARTINHO, 1993: 21-124; PEDREIRA, 1995: 209; OSÓRIO, 2007: 257-326). Nos assentos de casamentos de Porto Alegre referentes ao período entre 1772 e 1835 cadastrados no NACAOB, 610 dos 2928 casamentos envolviam nubentes viúvos e viúvas.

Três destes matrimônios merecem destaque porque envolvem filhas de comerciantes presentes no grupo selecionado para a análise e permitem demonstrar bem as possibilidades do cruzamento com as fontes eclesiásticas. Domingos Martins Barboza e João Afonso Vieira de Amorim tinham como sogro, o negociante de grosso trato *Manoel José de Freitas Travassos*, enquanto a esposa de Manoel José Vieira de Lima era filha do comerciante relacionado no “Almanack de 1808”, *Lourenço Antonio Pinto de Miranda*. Para esta comunicação, restringi a comparação ao grupo de agentes mercantis definido conforme os critérios expostos acima. Se esta comparação fosse ampliada, é possível que outros casos semelhantes fossem encontrados.

Ao analisar o conjunto dos comerciantes listados por Manoel Antonio de Magalhães, Helen Osório (2007: 296) constatou que aproximadamente um terço deles possuía vínculos de parentesco entre si, ou com outros negociantes. Tratando de um período posterior, Álvaro Klafke (2006: 23-31) verificou que, seis dos trinta e seis membros da *Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense* (1832) – espaço de representação no qual os agentes mercantis tinham grande expressão –, eram filhos de comerciantes listados no mesmo almanaque. Portanto, as alianças matrimoniais e familiares, além dos laços de compadrio que se estabeleciam em busca de posições privilegiadas na sociedade, permaneceram como parte das estratégias de manutenção do poder por parte dos grandes negociantes e demais envolvidos na atividade mercantil.

No caso das filhas de *Manoel José de Freitas Travassos*, as alianças estabelecidas com seus genros comerciantes parecem ter sido permanentemente reforçadas pelo compadrio entre os membros da família Freitas Travassos¹³. Natural da Corte do Rio de Janeiro, filho legítimo de Miguel José de Freitas e Ana Rosa de Jesus, Travassos encontrava-se entre os que acumularam parcelas significativas das escrituras registradas no 1º Tabelionato de Porto Alegre, entre 1808 e 1850: foram treze escrituras no valor total de 4.977,12 libras esterlinas (BERUTE, 2011: 213). Em uma delas também foi qualificado como “Comendador” (APERS. 1º TN Porto Alegre, L58, fl. 9v; L60, fls. 235, 274). Em 1824, encontrava-se entre os nove agentes mercantis nomeados como representantes das três principais praças da província

¹³ A esposa do negociante de grosso trato, *Manuel José Vieira de Lima*, Balbina Antonia de Miranda, também era filha de um dos comerciantes apresentados no Anexo 1: o comerciante do “Almanack de 1808”, Lourenço Antonio Pinto de Miranda.

(Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo) na “Comissão do Comércio”, esta encarregada de apresentar ao governo provincial um projeto com os meios necessários para fomentar setores como o comércio e a indústria (CESAR, 1978: 13)¹⁴.

O comendador Travassos era casado com Luísa Justiniana de Freitas e com ela teve no mínimo nove filhos (ele é um dos comerciantes selecionados com a prole mais numerosa, conforme se observa no Anexo 1), sete deles registrados em Porto Alegre, ao longo da década de 1810. Após o falecimento da esposa, por “moléstia interior (sic)” em 1820, apenas alguns meses após seu último parto, teve um filho “natural” com Maurícia Cândida da Fontoura, registrado no ano de 1834. Não se sabe quando teve início o relacionamento entre eles, mas em quatro escrituras registradas entre 1843 e 1850, ela consta como “sua mulher” (APERS. 1º TN Porto Alegre, L52, fl. 231; L53, fl. 26v; L58, fl. 9v; L60, fl. 274), indicando, portanto, que não se tratava de um relacionamento fortuito¹⁵.

O primeiro filho homem, *Manoel José de Freitas Travassos Filho*, nasceu no ano de 1812 e teve uma carreira jurídica bem sucedida. Não foi localizado o seu assento de casamento, mas em uma escritura referente à venda que fez junto ao seu pai, de parte de um sobrado na rua da Graça, em Porto Alegre, para “Antonio Gonçalves Carneiro Negociante desta Praça”, consta como casado com dona Francisca Machado de Freitas. No mesmo documento também foi informado que, naquela ocasião (1840), “o Doutor Manuel José de Freitas Travassos Filho, [era o] atual Juiz de Direito da Comarca de Rio Grande” (APERS. 1º TN Porto Alegre, L51, fl. 141). Segundo Franco e Rozano, Travassos Filho teve uma exitosa carreira jurídica. Diplomado em Direito na Academia de São Paulo em 1834, também foi juiz em Rio Pardo e Porto Alegre. Foi deputado provincial em diversas legislaturas, entre 1846-1857; de 1853 a 1857, foi deputado geral. A partir de 1859, estabeleceu-se na Corte, onde foi nomeado como desembargador da Relação do Rio de Janeiro, integrando mais tarde o Supremo Tribunal de Justiça e recebendo o título honorário de Conselheiro do Império. Travassos Filho foi longevo e faleceu em Niterói no ano de 1885, aos setenta e três anos de

¹⁴ A nominata completa encontra-se em (AHRS. A9.001, 15 set. 1824). Agradeço ao Gabriel Aladrén pela indicação da fonte.

¹⁵ Uma vez localizado o seu inventário e testamento, estes detalhes poderão ser esclarecidos, bem como poderá se saber como se deu a partilha dos bens entre seus herdeiros.

idade (2010: 205)¹⁶.

A filha mais velha do comendador Travassos, *Ana Justiniana de Freitas*, nascida em 1810, teve quatro filhos nascidos até 1835, do seu casamento com o negociante Domingos Martins Barboza. Já *Joaquina Justiniana de Freitas* teve ao menos dois filhos com o negociante João Afonso Vieira de Amorim, que foram registrados na capital. Outras filhas de Manoel José de Freitas Travassos que se casaram e tiveram filhos foram: *Maria Justiniana de Freitas*, casada com Antonio José da Costa Barboza em 1832 (dois filhos); e *Luiza Justiniana de Freitas*, que se casou em 1827 com Manoel Antonio da Rocha Farias e tiveram duas crianças batizadas na capital.

Cabe chamar a atenção para a variação dos nomes, principalmente das mulheres, nos registros eclesiásticos. Luiza também aparece em alguns registros como “Luiza Justiniana de Freitas Rocha Farias”. No seu próprio assento de matrimônio, teve o nome grafado de forma exatamente igual ao da sua mãe (“Luiza Justiniana de Freitas”), que também aparece em algumas ocasiões como “Luiza Justiniana de Mascarenhas”. No conjunto dos assentos observa-se que, na grafia dos nomes das mulheres, os sobrenomes da família de origem alternavam-se com o acréscimo eventual dos sobrenomes de seus esposos, mas sem regularidade¹⁷. Destaca-se ainda, no caso da família do Comendador Travassos, a repetição da partícula “Justiniana”, presente no nome de sua esposa e em quase todas as filhas do casal.

Mesmo entre os homens também ocorriam variações. Manoel José de Freitas Travassos Filho aparentemente passou a ser assim nomeado apenas na vida adulta. É o que se infere ao observar o assento de batismo de “João” – filho de Laureana Rosa de Jesus e Jose Francisco de Vargas –, nascido e batizado em junho de 1821, de quem ele e sua irmã Joaquina Justiniana de Freitas foram padrinhos. Neste assento, Travassos Filho foi registrado apenas como “Manoel José de Freitas”.

No que diz respeito às relações de compadrio, quando observadas os assentos envolvendo membros da família do casal Freitas Travassos e Luiza Justiniana, chama a

¹⁶ Os mesmo autores informam que seu pai, o “Comendador Travassos”, exerceu diversas vereanças na Câmara de Porto Alegre.

¹⁷ Não se trata de uma característica peculiar das fontes eclesiásticas, pois é um problema comum enfrentado pelos pesquisadores que adotam a metodologia onomástica em suas investigações sobre populações luso-brasileiras. A grande presença de homônimos e a ausência de uma regra de transmissão de nome contribuíam para a existência de inversões e alterações de sobrenomes. Em especial entre as mulheres, era frequente a ausência dos sobrenomes de família e a repetições de nomes com evocações religiosas (tais como, “de Jesus” ou “do Espírito Santo”). Ver (SCOTT & SCOTT, 2001; HAMAISTER, 2006: 78-141; WEIMER, 2008: 237-332).

atenção que praticamente todas as crianças eram afilehadas de suas tias maternas e de seu avô ou tios¹⁸.

Os negociantes e concunhados Domingos Martins Barboza e João Afonso Vieira de Amorim também eram compadres, uma vez que João e Joaquina foram padrinhos de “João”, nascido em 1830, filho de Domingos e Ana Joaquina. Nota-se que as relações familiares e de negócios se sobrepunham neste caso. Em uma das escrituras públicas de 1835, Domingos Martins Barboza declara que vendeu para seu compadre João Afonso, uma casa térrea na Rua do Paraíso em Porto Alegre, pela quantia de 243,3 libras em 1830 (APERS. 1º TN Porto Alegre, L49, fl. 134).

Quadro 1 – Padrinhos comerciantes e seus afilehados

Faixa de afilehados	# Padrinhos	# Afilehados
0	3	0
1	5	5
2	2	4
3	4	12
4	3	12
5	3	5
6-10	13	101
11-30	10	177
31-50	6	225
Total	49	541

Fontes: (1) (ANRJ. Códice 170, Volume 1 e 2, 1809-1843); (ANRJ. Códice 171, Volume 1, 1809-1817); (2) (MAGALHÃES, 2008: 131-133); (3) Registros eclesiásticos da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (NACAOB)

Ainda a respeito dos apadrinhamentos, observando todos os negociantes e comerciantes selecionados, constata-se que alguns acumularam um grande número de afilehados (Anexo 1), inclusive filhos de seus pares. Contando com os seus próprios netos, Manuel José de Freitas Travassos apadrinhou trinta e uma crianças durante o período selecionado, ou seja, era um dos seis comerciantes com mais de trinta afilehados (Quadro 1).

Outros que também apadrinharam um grande número de crianças foram Antonio José de Oliveira Guimarães (48) e João José de Oliveira Guimarães (39), ambos com o título de *Guarda-mor*, e o capitão e Comendador José Antonio de Azevedo, também com trinta e nove

¹⁸ No caso do primeiro filho de Ana Joaquina e Domingos Martins, a criança recebeu o mesmo nome de seu pai e teve como padrinhos uma de suas tias, Donaciana, e Miguel José de Freitas, seu bisavô materno.

afilhados.

Entre os afilhados do guarda-mor Antonio José de Oliveira Guimarães, chama a atenção os casos em que apadrinhou mais de uma criança da mesma família. Batizou três filhos do casal Domingos Gonçalves do Espírito Santo e Laureana Rosa: Geraldina, Carolina e Manoel; e duas filhas e um filho de Joaquim Lopes Barros (pai) e Francisca Pereira de Souza. Também foi padrinho de “José”, um dos oito filhos do também comerciante Francisco de Sá e Brito com Ana Joaquina de Oliveira. João José de Oliveira Guimarães, por sua vez, era compadre do mesmo Antonio José de Oliveira Guimarães e batizou um dos filhos deste: “Vicente”, nascido e batizado no ano de 1828. O guarda-mor João José também batizou mais de uma criança dos casais Antonio José de Oliveira e Perpétua Teresa de Jesus (ou de São José), e Antonio José Pereira e Inácia Joaquina do Nascimento.

Quanto ao comendador José Antonio de Azevedo, não se observou batismos recorrentes na mesma família, mas foi o agente mercantil selecionado que mais estabeleceu vínculos de compadrio com seus pares: Antonio José de Almeida Bastos, Antonio Peixoto do Prado, João José de Carvalho e Freitas e João Tomás de Menezes, todos listados no “Almanack de 1808”, corroborando a mencionada constatação de Helen Osório a respeito dos vínculos de parentesco entre os comerciantes nele relacionados.

Embora a documentação relativa às atividades econômicas e mercantis dos agentes mercantis atuantes em Porto Alegre venha sendo analisada há mais tempo e foi objeto de investigação anterior, o cruzamento destas fontes com os registros eclesiásticos encontra-se ainda em uma fase incipiente. Apesar disso, ao longo desta exposição procurei apontar algumas possibilidades de análise. A abordagem a partir da família do “Comendador Travassos” permitiu observar que os vínculos de parentesco estabelecidos eram permanentemente reelaborados por meio do compadrio entre os membros da família. Foi possível, ainda, ter uma impressão das dificuldades impostas pela ausência de regras de transmissão de nomes, como é bem conhecido para as populações luso-brasileiras. Apesar disso, a experiência obtida com a consulta dos assentos de batismo, casamento e óbito, demonstra que o cruzamento entre estes registros pode se constituir em um instrumento fundamental para a correta identificação destes agentes sociais e suas relações familiares.

Para as próximas etapas desta pesquisa, pretende-se avançar na identificação de laços mais amplos entre os comerciantes selecionados com outros grupos sociais. Faz-se necessário, em especial, averiguar se o casamento com filhas de grandes proprietários de terras ou membros da burocracia governamental foi uma estratégia de ascensão acionada por este grupo. Para tanto, será fundamental a identificação das ocupações dos demais envolvidos e espera-se que a incorporação de outras fontes, como inventários *post-mortem* e testamentos, possa contribuir para o esclarecimento deste e de outros aspectos referentes às estratégias de ascensão social dos agentes mercantis da capital do Rio Grande de São Pedro.

Anexos

Anexo 1 – Relação dos comerciantes da praça mercantil de Porto Alegre selecionados

Agentes mercantis	NGT ¹	“Almanack, 1808” ²	Ano do casamento ³	# Filhos ³	# Afilhados ³
André Álvares Pereira Vianna		Porto Alegre		1	8
Antonio Fernandes Teixeira	1811		1821	7	2
Antonio Gomes de Amorim	1826			0	3
Antonio José de Almeida Bastos		Porto Alegre		7	3
Antonio José de Oliveira Guimarães		Porto Alegre		2	48
Antonio José Rodrigues Ferreira	1815			8	7
Antonio José Teixeira de Macedo	1816		1812	0	8
Antonio Monteiro de Barros		Porto Alegre	1787	4	0
Antonio Peixoto do Prado		Porto Alegre	1803	10	15
Bernardino José de Sena		Porto Alegre	1808	0	12
Bernardo José Rodrigues		Porto Alegre		4	15
Custódio de Almeida e Castro		Porto Alegre	1817	0	5
Custódio Gonçalves Lopes		Porto Alegre	1803/1833	1	2
Domingos de Almeida Lemos Peixoto		Porto Alegre	1790	6	33
Domingos José Afonso Alves	1816		1813	2	7
Domingos José de Araújo Bastos	1816	Porto Alegre	1822	6	9
Domingos Martins Barboza	1829		1825	4	0
Domingos Martins dos Reis		Porto Alegre		1	4
Francisco de Lemos Pinto	1815			9	12
Francisco de Sá e Brito		Porto Alegre		8	3
Francisco Gonçalves Carneiro	1816			0	18
Francisco José da Cunha	1825			2	3
Gaspar Fróes da Silva	1825			7	8
João Afonso Vieira de Amorim	1824		1825	2	10
João Batista da Silva Pereira	1823			4	7
João Coelho Neves	1817	Porto Alegre	1806	9	24
João da Silva Lisboa Júnior	1818			1	5
João Inácio Teixeira		Porto Alegre		1	39
João José de Carvalho e Freitas		Porto Alegre		4	4
João José de Oliveira Guimarães		Porto Alegre		0	35
João Marinho de Freitas	1814			7	20
João Tomás de Menezes		Porto Alegre		9	27

Joaquim José Ferreira Barboza	1823			0	1
Joaquim Ribeiro de Faria	1825			0	1
José Antonio da Silveira Casado		Porto Alegre		0	16
José Antonio de Araújo Ribeiro	1825			3	10
José Antonio de Azevedo		Porto Alegre		0	39
José Manuel Afonso		Porto Alegre		5	4
José Ribeiro dos Santos		Porto Alegre		2	1
Leonel Coelho da Silva	1830		1831	2	0
Lopo Gonçalves Bastos	1829			0	5
Lourenço Antonio Pinto de Miranda		Porto Alegre		6	1
Luís Manuel Gonçalves Lages		Porto Alegre		0	6
Manuel Antonio de Magalhães		Porto Alegre		0	6
Manuel José de Campos Porto	1815			2	6
Manuel José de Freitas Travassos	1811			9	31
Manuel José Vieira de Lima	1826		1826	1	1
Silvestre de Souza Teles	1823			0	18
Zeferino Vieira Rodrigues	1820			0	9

NGT: Negociante de grosso trato

Fontes: (1) (ANRJ. Códice 170, Volume 1 e 2, 1809-1843); (ANRJ. Códice 171, Volume 1, 1809-1817); (2) (MAGALHÃES, 2008: 131-133); (3) Registros eclesiásticos da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (NACAOB)

Fontes e Referências bibliográficas

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). **Assembleia Legislativa.** Conselho Geral, A9.001, Comissão de Comércio. Porto Alegre, 15 set. 1824.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (ANRJ). **Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros.** Códice 170, volume 1 (1809-1826) e volume 2 (1827-1843).

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (ANRJ). **Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Livro de Matrícula de negociantes, termos de juramentos de testemunhas.** Códice 171, v. 1 (1809-1817).

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). **Transmissões e Notas.** 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 32-60 (1808-1850).

FRANCO, Sérgio da Costa (org.). **Despachos dos Cônsules dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul: 1829/1841.** 1ª Edição. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850).** 2011. 309p. Tese (Doutorado em História). PPG-História/UFRGS, Porto Alegre.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul. Período Colonial.** Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

CESAR, Guilhermino. **O Conde de Piratini e a Estância da Música. Administração de um latifúndio rio-grandense em 1832.** 1ª Edição. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/IEL/UCS, 1978.

COSTA, Leonor Freire. **O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)** [2 Vols.]. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002.

EZEQUIEL, Márcio. **Alfândega de Porto Alegre: 200 anos de história.** 1ª Edição. Porto Alegre: Sindireceita, 2007.

FRAGOSO, João. Para que serve história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Estudos Históricos** (CPDOC/FGV). Rio de Janeiro: n. 29, p. 3-28, 2002.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio.** Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha.** Porto Alegre: Sulina, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa; ROZANO, Mário (Org.). **Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937).** Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

GORENSTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 125-222.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Junta do Comércio. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Orgs.). **Dicionário do Brasil Joanino, 1808-1821.** 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008, p. 288-290.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763).** 2006. 474p. PPG-História Social/UFRJ, Rio de Janeiro.

KLAFKE, Álvaro Antônio. **O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834.** 2006. 177p. Dissertação (Mestrado em História). PPG-História/UFRGS, Porto Alegre.

KÜHN, Fábio. O Almanaque da Vila de Porto Alegre: uma leitura do Rio Grande em 1808. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano 88, v. 143, 2008, p. 105-117.

LOPES, Walter de Mattos. **“A Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brazil e seus domínios ultramarinos”: um tribunal de antigo regime na corte de D. João (1808-1821).** 2009. 209p. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFF, Niterói.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: origem e crescimento.** Porto Alegre: Edição Sulina, 1968.

MAGALHÃES, Manuel Antônio de. Almanaque da Vila de Porto Alegre com reflexões políticas interessantes sobre o estado atual da capitania do Rio Grande de São Pedro. **Revista**

do **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano 88, v. 143, 2008, p. 119-139.

MARTINHO, Lenira Menezes. Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento. In: MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 21-124.

MUNHOZ, Cláudia Simone de Freitas. **A Associação Comercial do Rio Grande de 1844 a 1852: interesses e atuação representativa do setor mercantil**. 2003. 209p. Dissertação (Mestrado em História). PPG-História/UNISINOS, São Leopoldo.

NADALIN, Sérgio O. *História e demografia: elementos para um diálogo*. 2ª Edição. Campinas: ABEP, 2004.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. 1995. 620p. Tese (Doutorado em História). Universidade de Nova Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 5ª Edição São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII**. 1ª Edição Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

PRADO, Maria Lígia C.; LUIZETTO, Maria Cristina Z. Contribuição para o estudo do comércio de cabotagem no Brasil. In: **Anais do Museu Paulista**, Tomo XXX, p. 158-196, São Paulo, 1980/1981.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2002.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1984.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi & SCOTT, Dario. Cruzamento nominativo a partir de fontes seriadas portuguesas: problemas e desafio. In: **II Seminário de História Quantitativa e Serial**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2001.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi; SCOTT, Dario. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como opção para o caso luso-brasileiro. In: BOTELHO, Tarcísio R.; LEEUWEN, Marco H. D. van (Orgs.). **História social: perspectivas metodológicas**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, p. 83-108.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Análise de estratificação social (O Rio de Janeiro a 1808-1821)**. São Paulo: FFLCH-USP, 1975.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

15

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição**. 1ª Edição. São Leopoldo: Oikos, 2008.